

Mudanças climáticas já afetam cotidiano da população na Amazônia Legal, aponta pesquisa inédita

Inquérito “Mais Dados Mais Saúde – Clima e Saúde na Amazônia Legal” apurou, pela primeira vez, dados dos nove estados que formam a região.

Um terço da população (32%) afirma ter sido diretamente afetado pelas mudanças climáticas.

O levantamento incluiu pessoas que se declaram como pertencentes a comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e outros –, que se sentem os mais impactados pelas mudanças climáticas e os que mais assumem responsabilidades frente ao fenômeno.

A pesquisa foi realizada pela Umane e pela Vital Strategies, com apoio do Instituto Devive.

São Paulo, 08 de outubro de 2025 – Uma pesquisa inédita, realizada com a população da Amazônia Legal, aponta que um terço dos moradores da região (32%) afirma ter sido diretamente afetado pelas mudanças climáticas. Entre aqueles que se identificam como parte de povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, entre outros, a percepção de já ter sido diretamente afetado pelas mudanças do clima é ainda maior, chegando a 42,2%. Esses dados fazem parte do inquérito “Mais Dados Mais Saúde – Clima e Saúde na Amazônia Legal”, realizado por Umane e Vital Strategies, com apoio do Instituto Devive, disponível no Observatório da Saúde Pública.

Trata-se da primeira vez que a pesquisa contempla residentes dos nove estados da Amazônia Legal – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins –, com segmentação para população pertencente e não pertencente a povos e comunidades tradicionais, como pescadores artesanais, indígenas, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas. Ao todo, 4.037 pessoas foram ouvidas entre maio e julho de 2025, ampliando o conhecimento sobre uma região historicamente sub-representada em levantamentos populacionais.

“Enfrentar a crise climática na Amazônia é mais do que uma agenda ambiental, é uma agenda de saúde pública, proteção social e garantia de direitos. Em um momento tão importante, com a chegada da COP30, esse módulo do Mais Dados Mais Saúde tem como intuito trazer dados inéditos, focados nas especificidades locais, para informar políticas públicas que protejam territórios e suas populações, sempre com um olhar para a redução das desigualdades”, comenta Thais Junqueira, superintendente-geral da Umane.

O estudo mostra que o aquecimento global já vem impactando o cotidiano dos moradores da Amazônia Legal. Entre os principais fatores mencionados estão o aumento da conta de energia elétrica, relatado por 83,4% dos entrevistados, o aumento da temperatura média (82,4%), o aumento da poluição do ar (75%), a maior ocorrência de desastres ambientais (74,4%) e o aumento dos preços dos alimentos (73%). Os respondentes podiam marcar mais de uma opção.

Quando perguntados sobre a percepção de eventos climáticos nos últimos dois anos, cerca de dois terços da população da Amazônia Legal (64,7%) relataram ter vivenciado ondas de calor, com temperaturas acima da média local. Além disso, cerca de um terço informou ter acompanhado eventos climáticos de seca persistente, agravada por mais calor e menos chuva (29,6%), seguido de incêndios florestais com fumaça intensa impactando as atividades diárias (29,2%), desmatamento ambiental (28,7%) e piora da qualidade do ar (26,7%).

A piora na qualidade da água foi relatada por 19,9% dos respondentes, e problemas na produção de alimentos foram mencionados por 17,1%. “Essas podem parecer porcentagens pequenas, mas, ao entendermos que representam em torno de 5 milhões de pessoas, fica evidente o grande impacto que essas mudanças climáticas representam no dia a dia das pessoas, dificultando o acesso a itens básicos”, reforça Luciana Vasconcelos Sardinha, Diretora Adjunta de Doenças Crônicas Não Transmissíveis da Vital Strategies e responsável técnica pela pesquisa.

Na população que se identifica como parte de algum povo ou comunidade tradicional, verificou-se uma maior vivência de piora na qualidade da água (24,1%) e de problemas na produção de alimentos (21,4%), se comparado à população em geral (16,5% e 13,8%, respectivamente). “Esses indicadores revelam percentuais sempre mais altos entre povos e comunidades tradicionais, o que demonstra a vulnerabilidade desses grupos, muitas vezes situados em áreas de risco climático e fortemente dependentes de recursos naturais para subsistência”, complementa Luciana.

O levantamento revela, ainda, que nove em cada dez moradores da região acreditam que as mudanças climáticas estão ocorrendo no Brasil e no mundo nos últimos dois anos (88,4%) e que já estamos vivenciando um aquecimento global (90,6%).

O inquérito traz também um retrato inédito de como os moradores da região percebem e vivenciam os efeitos das mudanças climáticas. Quase quatro em cada dez moradores da Amazônia Legal (39,7%) afirmaram conhecer alguém que já foi diretamente afetado pelas mudanças climáticas. Entre os que pertencem a povos e comunidades tradicionais, esse número sobe para 48,4%, enquanto, entre os demais, a porcentagem é de 32,8%. Já quando questionados se perceberam mudanças ambientais em lugares importantes para suas vidas, uma em cada três pessoas respondeu positivamente (31,6%), percentual que alcança 38,2% entre os que se autodeclararam parte de comunidades tradicionais.

“O estudo mostra que a crise climática não é apenas uma questão ambiental, mas um desafio para a saúde pública. Identificamos que um terço dos moradores da Amazônia Legal já sofreu impactos diretos do clima e que a maioria depende exclusivamente do SUS para atendimento. Esses dados reforçam a necessidade de políticas que integrem saúde e clima, com

respostas capazes de reduzir desigualdades e proteger, em especial, os grupos mais vulnerabilizados, como mulheres, famílias de baixa renda e povos e comunidades tradicionais”, diz Pedro de Paula, diretor executivo da Vital Strategies Brasil.

Comportamento

A mudança climática na região da Amazônia Legal também tem alterado comportamentos. Metade da população reduziu práticas que acredita poder contribuir para o agravamento do problema (53,3%), e 38,4% disseram sentir culpa por desperdiçar energia. A maioria dos residentes costuma separar o lixo para reciclagem (64%), prática ainda mais comum entre povos e comunidades tradicionais (70,1%), em comparação com a população que não se identifica com esses grupos (59,2%). Mais da metade dos moradores de comunidades tradicionais afirmou que gostaria de ter se comportado de forma mais sustentável, em contraste com 40,5% entre os não pertencentes.

O sentimento de culpa pelo desperdício de energia também foi mais frequente entre povos e comunidades tradicionais (45,1% contra 33%). A pesquisa mostrou que três em cada quatro pessoas (74,9%) têm o hábito de desligar as luzes, sendo essa prática significativamente maior entre as mulheres (79,7%). Já a crença de que é possível agir para ajudar a resolver o problema das mudanças climáticas foi compartilhada por 55,7% dos pertencentes a povos e comunidades tradicionais, contra 39,8% dos demais.

“Os dados mostram que povos e comunidades tradicionais não estão apenas mais expostos aos efeitos das mudanças climáticas, mas também mais conscientes de suas consequências. Isso acontece porque vivenciam transformações diretas em seus territórios, em seus modos de vida, em suas práticas socioculturais e econômicas e em suas redes comunitárias”, explica Luciana Vasconcelos Sardinha.

Metodologia

A pesquisa Mais Dados Mais Saúde – Clima e Saúde na Amazônia Legal reforça a consolidação de uma metodologia inédita no Brasil, aplicada agora pela terceira vez. Essa metodologia já havia sido utilizada em outros inquéritos da série Mais Dados Mais Saúde, que avaliaram a Atenção Primária à Saúde e a Escala de Discriminação Cotidiana, sempre com o objetivo de fomentar políticas públicas a partir dos dados coletados.

O levantamento foi realizado entre 27 de maio e 24 de julho de 2025, de forma 100% online, por meio de anúncios programáticos, sem qualquer incentivo ou recompensa, alcançando uma amostra representativa da população adulta dos nove estados da região. Os dados passaram por rigorosos ajustes estatísticos com base no Censo 2022 e na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, garantindo resultados confiáveis e comparáveis.

Assim como nas edições anteriores, a metodologia demonstrou ser inovadora e efetiva, combinando agilidade, escalabilidade e custo reduzido, além de eliminar vieses de interação humana. “Por ser online, a pesquisa alcança populações que não têm acesso à rede telefôni-

ca, além de ser mais barata e rápida do que metodologias presenciais, sobretudo em uma região com áreas remotas e de difícil acesso”, detalha Luciana. Os resultados são ponderados e apresentados com intervalos de confiança de 95%, assegurando precisão estatística. Ao se mostrar replicável e consistente, o formato de inquérito confirma seu potencial de contribuir para o ecossistema de saúde brasileiro, oferecendo dados de qualidade que podem orientar políticas públicas de forma mais ágil e assertiva.

Os dados deste e de outros módulos do Mais Dados Mais Saúde estão disponíveis no Observatório da Saúde Pública da Umane: <https://observatoriosaudepublica.com.br/pesquisas/mais-dados-mais-saude/>

Sobre a Vital Strategies

A Vital Strategies é uma organização global de saúde que acredita que todas as pessoas devem ser protegidas por políticas e sistemas de saúde eficazes e equitativos. Nossa equipe trabalha com governos e a sociedade civil para conceber e implementar estratégias e políticas baseadas em evidências para enfrentar alguns dos maiores desafios mundiais de saúde pública. O resultado são milhões de pessoas vivendo vidas mais longas e saudáveis no mundo todo.

Sobre a Umane

A Umane é uma organização da sociedade civil, independente, isenta e sem fins lucrativos que apoia iniciativas no âmbito da saúde pública com o objetivo de contribuir para um Sistema Único de Saúde (SUS) mais resolutivo e de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem no Brasil. Em 2024, a Umane apoiou 33 projetos, realizados de forma colaborativa com 89 parceiros, entre diversos setores da saúde, da sociedade civil e do poder público.

A atuação da Umane se dá por meio de três programas: o de Atenção Integral às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com iniciativas de controle dos fatores de risco, rastreamento, ampliação do acesso à saúde e ao monitoramento dos fatores de risco na Atenção Primária à Saúde; o Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) como ordenadora do cuidado no SUS, por meio do apoio a iniciativas que visem melhorias operacionais, de produtividade de equipes, de integração de serviços e da incorporação de novas tecnologias ao sistema de saúde; e o programa Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, financiando programas que acompanhem e monitorem desfechos desfavoráveis durante a gestação e as condições de saúde de crianças e adolescentes no contexto das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e dos fatores de risco.

Acompanhe a Umane nas redes sociais: LinkedIn e Instagram.

Mais informações – Analítica Comunicação

Gabriela Scheinberg – gabi.scheinberg@analitica.inf.br – (11) 91096-4944

Raíza Dias – raiza.dias@analitica.inf.br – (11) 95272-3944

Mauricio Espósito – mauricio.esposito@analitica.inf.br – (11) 99915-7583

Erica Benute – erica.benute@analitica.inf.br – (11) 99185-7078